ESCRAVO, NEM PENSAR!

no Oeste da Bahia
2017



Expediente

REPÓRTER BRASIL

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Presidente: Leonardo Sakamoto

Diretoria: Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), lberê Francisco Thenório (Comunicação), Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia), Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

Conselho fiscal: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

Coordenadores de programas: Ana Aranha (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

Departamento administrativo-financeiro: Fabiana Garcia (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa)

Equipe do programa Escravo, nem pensar!: Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (assessor de projeto) e Rodrigo Teruel (assistente de projeto).

ESCRAVO, NEM PENSAR! NO OESTE DA BAHIA - 2017

 $\textbf{Texto:} \ \, \textbf{Equipe do programa Escravo, nem pensar!}$

Edição: Natália Suzuki

Projeto gráfico e diagramação: Paulica Santos Fotos: Escolas participantes do projeto

Realização: Repórter Brasil e Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Parceria: Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo na Bahia (Coetrae-BA) Apoio: Ministério Público do Trabalho

Tiragem: 3 mil unidades | Impressão: Nywgraf | Distribuição gratuita - Junho de 2018

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte — Copyleft — Licença - Creative Commons 2.0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Repórter Brasil

Escravo, nem pensar! no Oeste da Bahia - 2017 / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2018. 36 p.: 25 x 17,5 il. ISBN 978-85-61252-32-8

I. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Trabalho escravo I. Título. CDD 371.12

Índice para o catálogo sistemático:

I. Educação: Direitos Humanos: Trabalho escravo 371.12

Sobre o ENP!

Coordenado pela Repórter Brasil*, o Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo a agir em âmbito nacional. Desde 2004, tem realizado atividades em comunidades vulneráveis socioeconomicamente, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Suas ações de formações de prevenção já alcançaram mais de 250 municípios em dez estados brasileiros e beneficiaram mais de 700 mil pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

*Sobre a Repórter Brasil

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate à escravidão contemporânea, que afeta milhares de brasileiros.



Escravo, nem pensar! no Oeste da Bahia

JUNHO - 2018

2017

Apresentação

HIMI

Quando penso na Bahia, dançam pela minha mente as cores dos vestidos dos orixás gigantes rodopiando no Dique do Toró, o ritmo swingado do Olodum descendo o Pelourinho e as águas claras de Ondina sendo tocadas pelos cabelos de Iemanjá. Tudo isso é Salvador.

Mas a Bahia é uma mutante tropical. De norte a sul, de leste a oeste, com tantas caras e bocas, acaba tendo muitas faces, e essa da capital é uma delas.

A vastidão baiana adentra o Brasil, e o que é praia, em algum momento e lugar, vira um cerrado terracota, de serras sinuosamente doces e de um verdejante vivaz e fresco. Lá, o Velho Chico não conseguiu chegar, mas não poderia deixar essa terra cálida sem fertilidade: doou dois filhos que correm caudalosos e nunca se encontram, porque seguem paralelos a vida toda.

Banhadas pelos rios Corrente e Grande, as plantações de grãos e as pastagens dos gados inundaram os espaços e puxaram o desenvolvimento de cidades grandes para a região. O barulho da colheitadeira de soja e o ronco dos carros afugentaram o canto agudo e solitário da seriema.

No oeste baiano, a riqueza e a pobreza também são irmãs que pouco se conversam. A pujança da agropecuária não garantiu vida melhor a muitos trabalhadores. Para tantos, a vida não é somente dura, mas também de exploração. Lá, os casos de trabalho escravo são encontrados na pecuária e nas colheitas da soja, do algodão e do milho. Mas os trabalhadores baianos também acabam submetidos a condições degradantes em outros lugares do país. Quando suas roças permanecem inertes, partem em busca de subsistência. Aceitam qualquer emprego, presos à ideia perniciosa de que qualquer trabalho é melhor que nenhum trabalho.

O trabalho escravo é ainda uma face da Bahia.

Quando penso na Bahia, não gostaria de ter que pensar também em trabalho escravo.

Nas próximas páginas, relatamos ações de educação dedicadas à prevenção do trabalho escravo no âmbito do projeto "Escravo, nem pensar! no Oeste da Bahia – 2017"

Boa leitura!

Natália Suzuki

Coordenadora do programa Escravo, nem pensar! ONG Repórter Brasil

Sumário

1.	0 (que é trabalho escravo?	6
2.	Tra	balho escravo na Bahia	10
	2.1. 2.2.	Casos de trabalho escravo no estado	
3.	Pro	ograma Escravo, nem pensar! no oeste da Bahia 2017	14
	3.1. 3.2.	Ficha técnica	
4.	Coi	nquistas	18
5.	Νú	cleo Territorial de Educação de Barreiras	20
6.	Nú	cleo Territorial de Educação de Santa Maria da Vitória	28
7.	For	mação de escolas da região metropolitana de Salvador	36
8.	Re	de ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil	38
9.	Sai	ba mais sobre trabalho escravo:	39



GLOSSÁRIO

CE – Colégio Estadual

EM – Escola Municipal

ENP! – Escravo, nem pensar!

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Coetrae-BA – Comissão estadual para Erradicação do Trabalho Escravo da Bahia

MPT – Ministério Público do Trabalho

NTE - Núcleo Territorial de Educação



O que é trabalho escravo?

No Brasil, o trabalho escravo é um crime, previsto pelo artigo 149 do Código Penal, sendo passível de punição, portanto não é apenas caracterizado por infrações trabalhistas. Ele é uma grave violação de direitos humanos porque anula a dignidade e priva a liberdade da vítima. Hoje, não há correntes que prendam os trabalhadores, nem instituição jurídica que legitime a posse de uma pessoa sobre a outra, por isso se trata de um fenômeno distinto da escravidão antiga dos períodos colonial e imperial.

Código Penal

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalhando, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ $1^{\underline{o}}$. Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra a criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.

Numa relação de trabalho, a constatação de qualquer um dos quatro elementos, descritos a seguir, é suficiente para configurar o trabalho escravo:

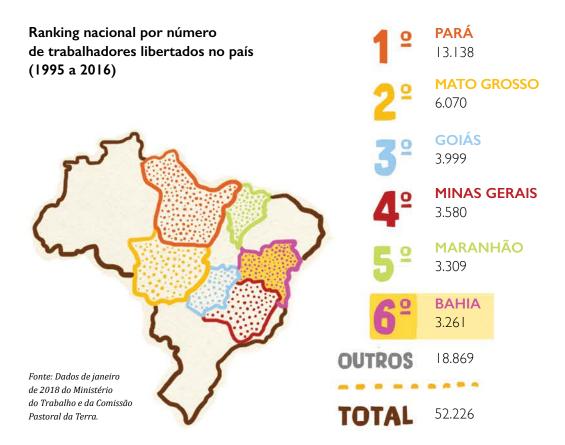
** TRABALHO FORÇADO: O indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, isolado geograficamente.

JORNADA EXAUSTIVA: Expediente desgastante que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar.

SERVIDÃO POR DÍVIDA: Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece cerceado por uma dívida fraudulenta. Em muitos casos, todo o seu salário é simplesmente retido, assim como os seus documentos pessoais.

**CONDIÇÕES DEGRADANTES: Um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade. Alojamento precário, péssima alimentação, maus tratos, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável são alguns desses elementos.





Atividades econômicas flagradas com trabalho escravo no Brasil (1995 a 2016)

POSIÇÃO	ATIVIDADE	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	0/0
1 ^a	Pecuária	16.831	32,3
2ª	Cana-de-açúcar	11.635	22,3
3ª	Lavouras	9.770	18,7
4 ^a	Carvão	3.787	7,2
5ª	Desmatamento	2.771	5,3
6 ^a	Construção civil	2.472	4,7
7ª	Outras	4.960	9,5
	TOTAL	52.226	100

Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.



"O combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil exige uma ação que envolva toda a sociedade, portanto, a discussão sobre este tema bastante sensível deve envolver educadores e estudantes, para que esta realidade deixe de existir em nosso país. Por isso, o projeto ENP! tem uma importância muito grande, fortalecendo o combate a estas questões dentro de sala de aula, reverberando assim nas comunidades, em cada município, nas famílias e fazendo com que este tema chegue em cada canto do nosso estado. São ações como esta que fortalecem o eixo pedagógico de nossas escolas, criando uma vinculação com cada território, principalmente no oeste da Bahia, onde o trabalho no campo é muito recorrente. (...), Projetos como este estimulam o aprendizado e o interesse dos nossos jovens nas questões ligadas aos direitos humanos".

Walter Pinheiro, secretário da Educação do Estado da Bahia

"Debater o tema nas escolas contribuiu, sobretudo, para difundir a informação da existência do trabalho escravo contemporâneo, visto que a maioria da população ainda não tinha este conhecimento. O projeto ENP! contribuiu para pautar nas escolas reflexões sobre a realidade do oeste da Bahia, porque fez um link entre a escravidão moderna e a presença do agronegócio na região, a concentração da terra e [discutiu] como a força do capital gera este tipo de consequência".

Albetânia de Souza Santos, agente da Comissão Pastoral da Terra em Santa Maria da Vitória



Trabalho escravo na Bahia

2.1. Casos de trabalho escravo no estado

Os casos do trabalho escravo na Bahia estão concentrados majoritariamente em atividades rurais no oeste do estado. Dentre os dez municípios campeões de casos, sete estão localizados na região, com 58% do total das ocorrências no território baiano.

A partir da década de 1980, a região teve uma intensa e rápida expansão da agroindústria local com a criação de gado e produção de soja, café, algodão, milho e, mais recentemente, de eucalipto, responsáveis por torná-la uma das maiores áreas de agropecuária do Brasil. Essas atividades econômicas foram favorecidas pelas condições naturais do oeste do Estado: clima de cerrado, bacia hidrográfica e terreno plano.

Entretanto, a produtividade gerada por essas atividades não tem garantido distribuição de riqueza e redução de desigualdade socioeconômica na região. As concentrações de renda e terra são determinantes para a estagnação de avanços sociais, o que faz com que muitos trabalhadores permaneçam a margem do sistema produtivo e com poucas oportunidades de emprego digno.

Ademais, apesar dos robustos investimentos para o aperfeiçoamento tecnológico e aumento de produção, as condições de trabalho da mão de obra braçal nem sempre contaram com melhorias. De 1995 a 2016, 77% dos casos de trabalho escravo no oeste baiano foram registrados justamente em atividades agropecuárias. Nessas situações, os trabalhadores resgatados desempenhavam tarefas como a limpeza do pasto ou a instalação de cercas das fazendas. Atualmente, eles são, em sua maioria, migrantes do próprio estado da Bahia. No passado, a maior parte deles era de outras regiões do país.

Ranking estadual dos municípios baianos por ocorrência de trabalho escravo (1995 a 2016)

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	CASOS REGISTRADOS		TRABALHADORES LIBERTADOS	
		Número	%	Número	%
1º	São Desidério	16	15,7	994	30,4
2°	Formosa do Rio Preto	12	11,8	229	7
3°	Barreiras	9	8,8	445	13,6
4º	Correntina	9	8,8	249	7,6
5°	Riachão das Neves	6	5,9	90	2,8
6°	Una	6	5,9	74	2,3
7°	Luiz Eduardo Magalhães	4	3,9	313	9,6
8°	Feira de Santana	4	3,9	38	1,2
9°	Ilhéus	4	3,9	27	0,8
10°	Jaborandi	3	2,9	293	9
11º ao 33º	Outros	29	28,5	509	15,7
Total		102	100	3.261	100

Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.

Atividades econômicas flagradas com trabalho escravo na Bahia (1995 a 2016)

POSIÇÃO	ATIVIDADE	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	0/0
1 ^a	Lavouras	2351	72,1
2ª	Carvão	432	13,2
3ª	Pecuária	163	4,9
4 ^a	Monocultivo de árvores	110	3,4
5ª	Construção civil	84	2,6
6ª	Outras	121	3,8
	Total	3.261	100

Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.

2.2. Aliciamento e migração

Diante das poucas possibilidades de geração de renda e das escassas possibilidades de emprego, trabalhadores baianos se veem obrigados a migrar. Em geral, partem sazonalmente para a colheita do café no sul de Minas Gerais e em São Paulo, além de outros destinos e ocupações. No estado paulista, também se dedicam às plantações de laranja e, na zona urbana, ao setor da construção civil. Quando estão em situação de vulnerabilidade, esses trabalhadores estão mais suscetíveis a serem aliciados para postos de empregos precários, nos quais não terão condições dignas e direitos trabalhistas garantidos.

A Bahia é, atualmente, origem de muitos migrantes que acabam explorados em outros lugares do Brasil. O estado é o segundo de onde mais partem trabalhadores que acabam escravizados em outras regiões, ficando atrás apenas do Maranhão: quase 10% do total dos trabalhadores resgatados no país são baianos.

Ranking nacional de naturalidade de trabalhadores libertados no país (2003 a 2016)

POSIÇÃO	ESTADO	N° DE TRABALHADORES LIBERTADOS	0/0
1º	Maranhão	7.759	23,6
2°	Bahia	3.067	9,3
3°	Pará	2.837	8,6
4°	Minas Gerais	2.653	8,1
5°	Piauí	1.946	5,9
	Outros	14.572	44,3
	Total	32.834	100

Fonte: Dados de maio de 2016 do Ministério do Trabalho.

Municípios de origem dos trabalhadores baianos resgatados em todo o país (2003 a 2016)

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	nº de trabalhadores libertados
1º	Barreiras	139
2°	Ipira	93
3°	Santo Amaro	86
4º	Guanambi	83
5°	Irece	80
	Outros	2776
	Total	3.257

Fonte: Dados de maio de 2016 do Ministério do Trabalho.





Programa Escravo, nem pensar! no oeste da Bahia 2017

Diante do contexto de aliciamento e exploração de trabalhadores, a Bahia se tornou local estratégico para o combate ao trabalho escravo. A fiscalização de propriedades e o resgate de trabalhadores escravizados, os quais têm sido conduzidos pelos órgãos do Estado, são fundamentais para a repressão do problema. Contudo, são necessárias ainda ações de prevenção para evitar que o trabalhador parta para empreitadas que o colocarão em situações de risco e violação de direitos.

Nesse sentido, a divulgação de informações é imprescindível, e isso deve ser feito não apenas por meio de divulgação de campanhas, mas principalmente a partir de processos formativos aprofundados, que incidam em comunidades vulneráveis com vistas à formação cidadã, especialmente, das novas gerações de trabalhadores. O objetivo é torná-los cientes e apropriados de seus direitos para que estejam mais protegidos contra a exploração e, sobretudo, mais empoderados para denunciar violações.



Por esse motivo, a ONG Repórter Brasil e a Secretaria de Estado da Educação da Bahia, realizaram o projeto "Escravo, nem pensar! no Oeste da Bahia 2017" para a prevenção ao trabalho escravo nas escolas da rede pública e nas comunidades que as circundam.

A seguir, apresentamos a estrutura do projeto e, nas páginas 20 a 37, veremos como essa ação formativa ganhou diferentes formatos por meio do protagonismo e da criatividade da comunidade escolar e do envolvimento de sua vizinhança.

O projeto contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho da 5ª região.

3.1. Ficha técnica



Objetivo geral

Diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão nas zonas rural e urbana do território da Bahia, por meio da educação.

Objetivos específicos

Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual da Educação da Bahia a formar professores de regiões vulneráveis sobre os temas do trabalho escravo e assuntos correlatos.

Mobilizar escolas da rede estadual da Bahia a desenvolverem atividades educativas de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos com alunos e a comunidade extraescolar.

Público

Gestores e técnicos pedagógicos de três Núcleos Territoriais de Educação (NTEs) da Secretaria de Estado da Educação da Bahia: Barreiras, Santa Maria da Vitória e Salvador.

Período

Março a dezembro de 2017

Metodologia

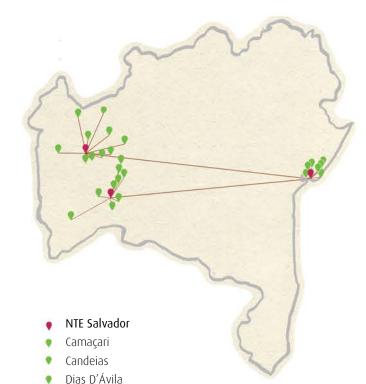
A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação (gestores e técnicos de formação dos NTEs), para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que esse conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros educadores para, então, envolver os alunos. Esses por sua vez, são transformados em ponto focais em suas comunidades sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo. O organograma na página 17 ilustra esse processo.

NTE Barreiras

- Baianópolis
- Barreiras
- Catolândia
- Cotegipe
- Cristópolis
- Formosa do Rio Preto
- Luís Eduardo Magalhães
- Riachão das Neves
- Santa Rita de Cássia
- São Desidério
- Wanderley

Santa Maria da Vitória

- Brejolândia
- Canápolis
- Coribe
- Correntina
- Jaborandi
- Santa Maria da Vitória
- Santana
- São Félix do Coribe
- Serra Dourada
- Tabocas do Brejo Velho





Itaparica

Lauro de Freitas

Madre de Deus

Simões Filho

"A equipe do ENP! fez um trabalho excelente de orientação e acompanhamento pedagógico, assim como todo o material e referências pedagógicas foram adequados para a realização do projeto. Além de os seus formadores deterem um conhecimento amplo sobre o assunto para uma boa orientação, quando solicitados estavam sempre prontos a nos atender".

Equipe do NTE Barreiras



3.2. Organograma do projeto



"Projetos como estes são fundamentais para a prevenção. O estudante será o futuro trabalhador ou empregador. Tomar consciência do caráter ilegal desta conduta [submeter pessoas a condições análogas a de escravo] permite que o trabalho escravo não aconteça".

Ilan Fonseca, Ministério Público do Trabalho em Itabuna



Conquistas



MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS



ESCOLAS ABRANGIDAS



23.573

EDUCADORES/AS

ALUNOS/AS



FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA

7.348

PESSOAS DE **COMUNIDADE EXTRAESCOLAR**

mm 32.004

PESSOAS PREVENIDAS DO TRABALHO ESCRAVO



O PROJETO ALCANÇOU METAS DOS PLANOS NACIONAL E ESTADUAL DA BAHIA PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

III I NACIONAL: META 41 III III III III

Promover o desenvolvimento do programa "Escravo, nem pensar!" de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo

AMEN VIRI STANDING STANDAL STANDARD STA

Prioridade 3: Formação de profissionais para o enfrentamento do trabalho escravo

Ação 1.3. Realização do treinamento de professores de educação (Escravo, nem pensar!)





"O projeto ENP! fortalece e afirma o comprometimento do estado da Bahia com a prevenção e o combate ao trabalho escravo. A ação possibilitou a construção de uma prática institucional que fortalece (...) socialmente o sujeito explorado, numa perspectiva de lhe fomentar uma consciência crítica, que o eleve à condição de cidadão ou cidadã".

Admar Fontes, presidente da Coetrae-BA



Núcleo Territorial de Educação de Barreiras

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley
Escolas	31
Educadores/as	265
Alunos/as	11.915
Funcionários/as	86
Comunidade extraescolar:	4.309
Total de pessoas prevenidas	16.575

>> EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NO NTE:

Diretora regional: Maria Aparecida Chagas **Coordenadora:** Suzikely Oliveira Novais

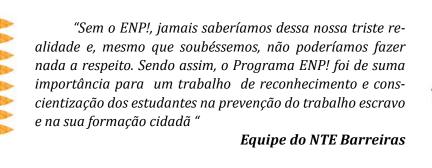
Técnicos/as pedagógicos/as: Adriana Lopes Arruda, Geraldo Corado da Silva, Jamille Nancy Lemos, Josélia Cruz Lopes, Macyglenda Gomes G. Alves, Rejane

Cristine Trentini.

O NTE de Barreiras garantiu a adesão de sua rede escolar por meio de um planejamento e orientações pedagógicas bem definidos. Após formar os educadores, em atividades que contou com a participação do Ministério do Trabalho e da organização 10senvolvimento, a equipe do NTE os orientou a inserir o tema do trabalho escravo como parte dos conteúdos das disciplinas da área de Humanidades. Para isso, o NTE instruiu que o ENP! fosse articulado com os Projetos Estruturantes, pelos quais linguagens e formas de expressão artísticas são anualmente desenvolvidas nas escolas. A ideia era potencializar os projetos, combinando forma e conteúdos inovadores.

Havia ainda a indicação de uma abordagem específica para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois o NTE considera que a temática era especialmente atinente à clientela dessa modalidade escolar devido a sua inserção nos mercados de trabalho formal e informal.

A pertinência ao contexto local da região fez com que o NTE, durante o planejamento anual de 2018, programasse a continuidade do ENP! nas suas escolas com o objetivo de alcançar 100% delas.





CE Constantino Catarino de Souza - Luís Eduardo Magalhães



CE Constantino Catarino de Souza - Luis Eduardo Magalhães



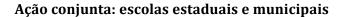
CE Presidente Médici – São Desidério



CE Deputado Horácio de Matos – Santa Rita de Cássia



CE Rodolfo de Queiroz – Riachão das Neves



Outra iniciativa, responsável por destacar o trabalho do NTE, foi a sua articulação com a rede municipal de educação de São Desidério, cidade com a maior quantidade de casos de trabalho escravo na Bahia. Nessa localidade, portanto, foram envolvidos também os alunos mais novos, já que as escolas municipais são responsáveis pelas matrículas de crianças, diferentemente daquelas estaduais que são dedicadas aos Ensinos Fundamental 2 e Médio. Ademais, nesse engajamento, foram privilegiadas as escolas das áreas rurais para que fossem prevenidas, por meio dos alunos, famílias mais vulneráveis e que trabalham em fazendas da região. Essa parceria entre as redes de ensino foi responsável por alcançar mais de 1 mil alunos, que desenvolveram diversas atividades sobre o tema do trabalho escravo.

"O projeto abriu os olhos da nossa comunidade. (...) muitos dos nossos alunos sonham em trabalhar nas fazendas para conseguirem comprar uma moto, por exemplo. Esse tipo de sonho é tão constante que temos a preocupação de que alguns deles acabem sendo vítimas de trabalhos análogos à escravidão. Hoje, acreditamos que (...) conseguimos transmitir informações aos nossos alunos acerca do tema. A (...) conscientização a respeito do problema é fundamental para a prevenção."

Jaqueline da Silva Santos, coordenadora pedagógica da Escola Municipal Maria Francisca da Silva





COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR IVARDO PEREIRA BASTOS

Município de Riachão das Neves

O aliciamento de trabalhadores para fazendas na própria região, mas também para aquelas em estados como o Mato Grosso, é frequente em distritos como Cariparé. Não por acaso, o tema do trabalho escravo chamou a atenção das comunidades locais, inclusive dos "gatos", ou seja, as pessoas responsáveis por aliciar trabalhadores e ludibriá-los com propostas enganosas de emprego. Inicialmente, educadores de escolas como o Colégio Estadual Professor Ivardo Pereira Bastos, em Riachão das Neves (BA) abordaram a temática em disciplinas obrigatórias, como História, Geografia e Português, com seus alunos do Ensino Médio. Foram realizadas leituras, produção de paródias e análise de vídeos para que houvesse reflexão e debate sobre as condições de trabalho. Em pouco tempo, o assunto se espalhou pela comunidade, já que os jovens começaram a levar esses questionamentos também para seus lares e, então, para a vizinhança. A informação chegou até mesmo aos gatos. Preocupada com a segurança dos jovens, a escola decidiu cancelar uma grande passeata planejada pelos alunos, cujo objetivo era chamar a atenção do distrito para a existência do trabalho escravo na região. Mas educadores e alunos não se fizeram de rogados: na escola, organizaram uma apresentação teatral, com a exposição de outros trabalhos artísticos, aberta à comunidade. Consideraram ainda que era importante prevenir a vizinhança sobre os riscos do trabalho escravo e, por isso, fizeram uma panfletagem, distribuindo material informativo.





CE Profº Ivardo Pereira Bastos, anexo Cariparé- Riachão das Neves



CE Profº Ivardo Pereira Bastos, anexo Cariparé- Riachão das Neves



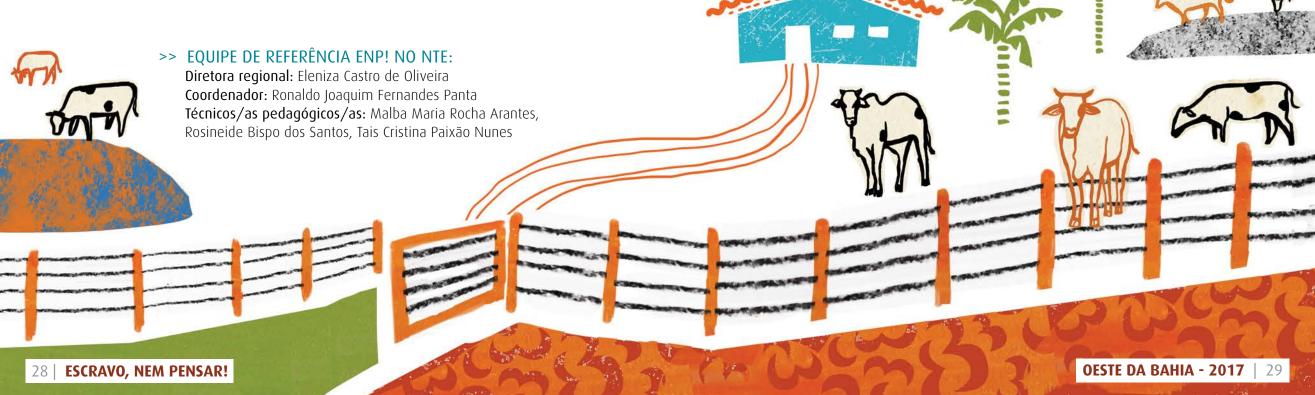
Núcleo Territorial de Educação de Santa Maria da Vitória

	Alcançados pelo ENP!
Municípios	Brejolândia, Canápolis, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho
Escolas	13
Educadores/as	371
Alunos/as	11.658
Funcionários/as	342
Comunidade extraescolar:	3.039 pessoas
Total de pessoas prevenidas	15.410 pessoas

Para o desenvolvimento do projeto, a equipe do NTE de Santa Maria da Vitória contou com o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sediada no município. A entidade é uma das principais organizações da sociedade civil, dedicada ao combate ao trabalho escravo no país. Além de coletar e encaminhar denúncias de casos de trabalho escravo a autoridades competentes, ela protagoniza ações de prevenção e de assistência a trabalhadores resgatados em locais onde o problema do trabalho escravo é crítico, como no oeste baiano.

No âmbito do projeto ENP!, o NTE e a CPT realizaram atividades formativas nas escolas, como palestras e oficinas com professores e alunos. A participação da organização fez com que a formação dos jovens fosse qualificada, com discussões a respeito de temas relacionados ao contexto local; além do trabalho escravo, a concentração de terra e a migração forçada foram debatidas. Ademais, a comunidade escolar conhece, agora, o canal de denúncia e acolhimento dos trabalhadores.

O conhecimento adquirido nessas atividades propiciou uma quantidade variada de ações preventivas ao trabalho escravo nas escolas da rede estadual da região.



"O tema do trabalho escravo não ficou restrito àquele período [do projeto], porque tem havido ressonância em atividades no ano de 2018, a exemplo da Semana de Integração na Universidade Federal do Oeste da Bahia, em maio de 2018. Vários professores e estudantes da rede estadual deram depoimentos sobre a pesquisa realizada no comércio local, motivada pelo projeto. O estudo revelou relações abusivas onde jovens tem que trabalhar por jornadas exaustivas, sem carteira assinada e salário fixo, recebendo só por produção".

Albetânia de Souza Santos, agente da Comissão Pastoral da Terra em Santa Maria da Vitória

"As escolas fizeram um trabalho unificado, onde todos se apoiaram mutuamente. Cada um deu sua colaboração e participação. Professores, gestores e coordenadores se uniram para expandir o projeto, porque sentiram a sua importância nas nossas comunidades".

Equipe do NTE Santa Maria da Vitória



CE Luís Eduardo Magalhães, anexo Santa Luzia – Brejolândia

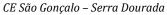


CE Luís Eduardo Magalhães, anexo Santa Luzia – Brejolândia



CE São João dos Gerais – Coribe







CE Leônidas de Araújo Silva – Tabocas do Brejo Velho





Tabocas do Brejo Velho (BA)

O Colégio Estadual Leônidas de Araújo Silva expandiu o alcance do projeto ao convidar educadores de escolas municipais para uma formação acerca do tema do trabalho escravo, utilizando o referencial metodológico e os materiais do ENP!. O objetivo era incluir escolas de Ensino Infantil e Fundamental I, modalidades que não são atendidas pela rede estadual, nas ações de prevenção ao problema. A Escola Lúcia Gonçalves de Araújo, uma das unidades municipais que receberam a formação do colégio, abordou o tema com os alunos por meio de disciplinas obrigatórias e organizou uma apresentação das produções didáticas dos alunos, como pintura de telas e dramatização.



EM Lúcia Gonçalves de Araújo – Tabocas do Brejo Velho







COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR VALDIR DE ARAÚJO CASTRO SÃO FÉLIX DO CORIBE (BA)

Os alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Valdir de Araújo Castro se animaram com a possibilidade de fazer atividades avaliativas, que fugiam do script regular das aulas e provas. Após as discussões sobre as temáticas do projeto ENP! nas aulas de Geografia e Sociologia, as professoras dessas disciplinas coordenaram produções artísticas de seus produziram três curtas e uma peça de teatro. O roteiro, a locação na comunidade e a elaboração de cenário do teatro foram responsabilidades dos jovens, que criaram uma história fictícia, mas possível: um estudante do Ensino Médio é aliciado para trabalhar em uma fazenda e acaba explorado.





CE Profº Valdir de Araújo Castro – São Félix do Coribe



CE Profº Valdir de Araújo Castro – São Félix do Coribe

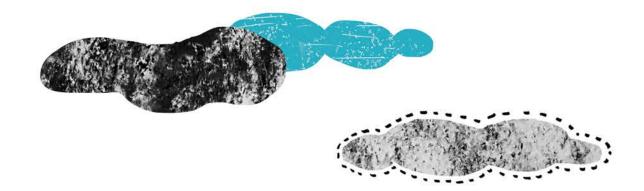
34 | ESCRAVO, NEM PENSAR!



Formação de escolas da região metropolitana de Salvador

MUNICÍPIOS	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador e Simões Filho
ESCOLAS	18
EDUCADORES/AS	19

A capital do estado ocupa papel de destaque na divulgação de informações e elaboração de políticas públicas. Por isso, o projeto ENP!, ainda que dedicado às ações na região oeste, foi tema de duas formações para representantes de 18 escolas de Salvador e região metropolitana. O objetivo foi apresentar o conceito de trabalho escravo, divulgar os dados estatísticos dessa prática criminosa na Bahia e apresentar orientações pedagógicas para a multiplicação nas escolas. Nessa ação, participaram representantes da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo da Bahia (Coetrae-BA) e da Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte do Estado da Bahia.



>> EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NO NTE:

Diretora: Maria de Fátima Costa

Técnica pedagógica: Dalvaildes de Jesus Andrade dos Santos **Apoio:** Hilmara Bitencourt da Silva Borges, da Coordenação

de Educação Integral da Secretaria de Educação.

"A ação de formação do ENP! foi de extrema importância para o estado da Bahia, uma vez que (...) promoveu a transversalização do tema entre diversas secretarias de governo, viabilizando a realização de ações preventivas na capital e no interior (...). Além disso, fez com que os membros da rede parceira tivessem contato com a realidade do trabalho escravo e, a partir deste momento, adotassem as providências necessárias, como identificar contatos (...) para o encaminhamento de denúncia para os órgãos competentes e para a assistência ao trabalhador resgatado".

Admar Fontes, presidente da Coetrae-BA



Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil



Saiba mais sobre trabalho escravo:



SITE ENP!

www.escravonempensar.org.br



LIVRO DIGITAL ENP!

www.escravonempensar.org.br/livro



YOUTUBE

EscravoNemPensar



FACEBOOK

escravonempensar



AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA REPÓRTER BRASIL

www.reporterbrasil.org.br



OESTE DA BAHIA - 2017 | 39

SÃO PAULO

TOCANTINS

PIAUÍ

